

**ATA**

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** - Referiu a tomada de decisão do Município da Trofa de abandonar a Associação de Municípios do Vale do Ave - AMAVE, bem como as declarações do Presidente daquela Associação e, concomitantemente, da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança, referindo também a intenção de romper com a atual situação que se vive naquela entidade. Sendo uma instituição que ainda consome alguns recursos financeiros por parte da Câmara Municipal de Guimarães pediu esclarecimentos ao Presidente da Câmara Municipal sobre esta situação de indefinição quanto a esta matéria; **b)** – Disse ter recebido, pela segunda vez, reclamação dos moradores da Rua da Ramada devido a inundações provocadas por uma caixa de saneamento situada perto do tanque

existente nessa mesma rua; **c)** – Quis saber o ponto de situação relativamente ao encerramento dos sanitários públicos na Praça Francisco Inácio, em Pevidém. -----

**2 – Vereador Ricardo Araújo** - Perguntou se o Presidente da Câmara subscrevia as declarações do Vereador José Bastos produzidas na última conferência de imprensa de apresentação do Guimarães Jazz onde teceu duras críticas ao Governo a propósito da Lei nº 50/2012, nomeadamente acusando-o de um ataque ao poder local e também de estar a criar constrangimentos à aposta cultural de Guimarães. -----

**3 – Presidente da Câmara – a)** - Sobre a Associação de Municípios do Vale do Ave esclareceu que não era só o Município da Trofa que tinha decidido sair, tendo também os Municípios de Póvoa do Lanhoso e Vieira do Minho apresentado essa intenção há já mais tempo. Disse, ainda, que a única diferença é que o Município da Trofa não deu conhecimento prévio à AMAVE, ao contrário dos outros dois Municípios, o que considerou ser uma situação desagradável. Informou, ainda, que na reunião do Conselho de Administração da AMAVE, realizada esta semana, foi decidido, consensualmente, a retirada da ordem de trabalhos deste assunto - liquidação e dissolução da associação - tendo em vista uma ulterior decisão. Disse, ainda, que há alguns Presidentes de Câmara dos municípios associados que mantêm o interesse nesta sub-região, havendo, contudo, outros que consideram pouco terem beneficiado com a AMAVE. Relativamente ao Município da Trofa disse que a decisão prende-se um pouco com a sua inclusão na Área Metropolitana do Porto o que considera que, por si só, não é explicativo referindo que o Município de Santo Tirso encontra-se na mesma situação e é defensor da continuidade da AMAVE; **b)** - Sobre as bacias de retenção e as inundações na parte baixa da



cidade disse que o trabalho não está acabado, já se notando, contudo, melhorias relativamente às inundações; **c)** - Sobre os sanitários públicos na Praça Francisco Inácio disse que iria passar a palavra ao Vereador Amadeu Portilha, com competências delegadas naquela área, dizendo, contudo, que gostaria que estes sanitários estivessem em melhores condições; **d)** - Sobre as declarações do Vereador José Bastos no que respeita à Lei nº 50/2012, disse que concordava integralmente com elas, referindo os constrangimentos provocados por este diploma legal. -----

**4 – Vereador Amadeu Portilha** - Sobre os sanitários públicos disse que, no âmbito da requalificação da Praça Francisco Inácio, poderá ser entendido recuperá-los e enquadrá-los no espaço, acrescentando que, tal como estavam, não apresentavam condições de salubridade. -----

**5 - Vereador José Bastos** – Sobre as declarações proferidas disse que o Estado advoga para o poder local uma prática distinta daquela que pratica, ou seja, o Estado central entende que para a definição da sua política estratégica cultural pode dotar orçamentalmente as estruturas que tem sob a sua tutela ou outras nomeadamente o Teatro Nacional S. João, o Teatro D. Maria e a Fundação Casa da Música. Continuou, referindo que, ao contrário, o Estado não permite que o poder local tenha o mesmo procedimento relativamente às entidades por si tuteladas pelo que considera haver uma atitude discriminatória entre aquilo que é a prática da política do Governo e aquela que impõe ao poder local, resultando em constrangimentos às políticas culturais das autarquias. -----

#### -----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação

económico-financeira do período compreendido em 30 de junho de 2014 da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**2.** Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de junho, dando cumprimento à deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**3.** Do ofício de Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC, Lda remetendo, para conhecimento, informação económico-financeira da VITRUS AMBIENTE EMPRESA MUNICIPAL SA relativa ao primeiro semestre do exercício de 2014, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**4.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de outubro de 2014, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por "Regularização e Revitalização da Ribeira de Couros, nos valores, respetivamente, de €509.901,00 + IVA e de €7.444,45 + IVA. -----

**5.** Da seguinte informação dos Serviços de Educação.  
**"Renovação do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar – ano letivo 2014/2015** - Como é do conhecimento superior, é anualmente celebrado entre o Município de Guimarães e a DGESTE, um Acordo de Cooperação, para atribuição de apoios financeiros destinadas a assegurar o desenvolvimento das AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família), para as crianças matriculadas nos Jardins de Infância da rede pública. Para a renovação do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, a vigorar de 1 de setembro de 2014 a 31 de julho de 2015, procedeu-se ao preenchimento dos mapas com o número de alunos matriculados nos Jardins de Infância da rede pública e que,



no corrente ano letivo, estão a usufruir de almoço e prolongamento de horário. Assim, com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, informa-se que irão beneficiar deste tipo de apoio 58 Jardins de Infância, abrangendo um total de 1.662 crianças para almoço e 1.320 para prolongamento de horário, o que implica por parte da DGESTE a atribuição de uma verba mensal previsível no valor de €101.377,41. Mais se informa que o assunto deverá ser presente a Reunião de Câmara para conhecimento. Em anexo os mapas que constituem o Anexo do Acordo de Cooperação, devidamente preenchidos, que deverão ser remetidos à DGESTE, através do endereço eletrónico [meireles@dgeste.mec.pt](mailto:meireles@dgeste.mec.pt). À consideração superior.” Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2014.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores Ricardo Castro e Ricardo Araújo por não terem estado presentes na reunião.-----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – MURO DE SUPORTE DO CEMITÉRIO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos comunicou a esta Câmara Municipal as preocupações relativas à manifesta falta de segurança e estado de degradação do muro de vedação do Cemitério, solicitando o apoio da Câmara Municipal para a reparação e consolidação do mesmo,

alertando para a necessidade de uma intervenção urgente no local. Para o efeito, os serviços municipais foram realizando as vistorias necessárias, tendo concluído que o muro de vedação e de suporte de terras apresenta sinais de instabilidade, sendo assim necessária uma intervenção urgente e inadiável, propondo a sua demolição e a execução de um muro novo em betão armado. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos considerados necessários, estimando-se um investimento total de €41.482,14, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra. Tendo em conta a complexidade técnica dos trabalhos em causa e a urgência na sua realização, determinei, por meu despacho, datado 29 de outubro de 2014, que fosse dado início a um procedimento concursal com vista a execução da empreitada relativa à construção daquele muro de suporte no Cemitério de Moreira de Cónegos. Assim, tendo em conta as informações técnicas constantes do respetivo processo, que demonstram a imprescindibilidade e a urgência desta intervenção, bem como a complexidade técnica dos trabalhos em causa, e estando o Cemitério integrado no património da Freguesia, submete-se a ratificação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio a esta Freguesia, mediante a atribuição de um subsídio no valor orçamentado para aquela obra, assumindo o Departamento de Obras Municipais a realização da obra, cujo montante total importa em €43.971,07, ao abrigo do disposto na alínea o) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. Tratando-se de um compromisso plurianual, sendo que a despesa a suportar no ano corrente de 2014 é de €21.985,54 e o remanescente no



valor de €21.985,53 no ano de 2015, submete-se ainda a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção do compromisso plurianual respeitante a esta despesa, ao abrigo do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTOCOLOS - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E O CINECLUBE DE GUIMARÃES** – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos, pelo que a proposta foi retirada. -----

**REGULAMENTOS – ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – ANO DE 2015** - Presente uma informação da Chefe da Divisão Jurídica respeitante às alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE SETEMBRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014** – Presente, para

ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de setembro que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, de acordo com mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESIGNADA POR "DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS SOCIOCULTURAIS E DE FORMAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES" – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO -**

Presente, para aprovação, a minuta do contrato da aquisição de serviços designada por "Desenvolvimento de Atividades Artísticas, Culturais Socioculturais e de Formação de Interesse Público no Município de Guimarães", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 2 de outubro último à "Cooperativa A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, pelo valor de €813.000,00 + IVA. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores PSD/CDS votaram favoravelmente da primeira vez que surgiram pontos desta natureza, de pagamento pela prestação de serviços trimestral assumida, neste caso pel'A OFICINA, manifestando compreensão pela circunstância de ser necessário assegurar o desenvolvimento





das atividades enquanto a questão de encontra a ser dirimida aguardando posição definitiva, e transitada, do Tribunal de Contas. Dissemos então o seguinte: *“Os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente este ponto, por considerarem fazer sentido a entrega de competências temporárias de atos de gestão corrente a que é necessário dar sequência, à entidade já definida como adjudicatária (e apenas porque, no decurso da reunião, se alterou este ponto que era primitivamente o ponto 5, para ponto 16, isto é, para ser apreciado apenas após a deliberação da adjudicação à Cooperativa A OFICINA). Fazemo-lo atendendo a que A OFICINA é a única concorrente ao concurso público, e precisamente por ser já adjudicatária, doutra forma, estaríamos perante uma medida de favorecimento a um concorrente com a qual não compactuaríamos.”* Ora, verifica-se do argumento então utilizado que ele assentava, também, na circunstância de A OFICINA ser então já adjudicatária do concurso público lançado, o que justificava acrescidamente a entrega a esta entidade das ditas medidas temporárias. Sucede contudo que, posteriormente, veio a detetar-se que os senhores vereadores Amadeu Portilha, José Bastos e Paula Oliveira participaram na discussão e votação dos pontos relativos às propostas de abertura de concurso público para aquisição de serviços para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais e desportivas, tendo inclusive apresentado declaração de voto. Nomeadamente o vereador José Bastos participou na discussão e votação do ponto relativo à proposta de abertura do concurso público nº 10/2013. Sendo que todos haviam declarado, sob compromisso de honra, nada conhecerem do procedimento concursal. Para além disto, houve entretanto uma série de decisões do Tribunal de Contas que censuram de forma clara e objetiva o percurso que a Câmara de Guimarães

sempre entendeu, sozinha, dever seguir. Houve uma série de episódios que tornam claro não apenas que este não é um processo claro, como tornam ainda mais claro que a ele se não deve associar, de modo algum, quem sempre a ele se opôs, quem sempre propôs um caminho alternativo, e isto, muito antes da Lei 50/2012. Para além de todo o referido, temos fundadas dúvidas sobre a apreciação de que poderão vir a ser alvo atos desta natureza, sendo que, nos não podemos de modo algum associar a atos que tenham a potencialidade de poder vir a ser considerados como prejudiciais à Tesouraria do Município pelo Tribunal de Contas. Pelas razões expostas, **votamos contra** esta proposta.” -

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE ESPECIALIDADES PARA ADAPTAÇÃO DA ESCOLA EB 1 DE PEVIDÉM PARA ESCOLA DE MÚSICA** – Presente a seguinte

informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projetos: “1. Objeto: contratação de um serviço referente à realização dos projetos de especialidades de apoio ao projeto de arquitetura de adaptação da escola EB 1 de Pevidém para Escola de Música, compreendendo todas as especialidades complementares ao projeto de arquitetura, nomeadamente engenharia eletrotécnica, mecânica, bem como de outros trabalhos complementares como sejam a realização de cadernos de encargos, mapas de medições e orçamento, comportamento térmico, acústica e Projeto de Segurança contra Incêndios. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência, nomeadamente em engenharia eletrotécnica na vertente de instalação elétrica, redes infraestruturadas e telecomunicações, climatização e ventilação,



acústica; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços referente à realização dos projetos de especialidades de apoio ao projeto de arquitetura de adaptação da escola EB 1 de Pevidém para Escola de Música, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a realização dos projetos de especialidades de apoio ao projeto de arquitetura de adaptação da escola EB 1 de Pevidém para Escola de Música, compreendendo todas as especialidades complementares ao projeto de arquitetura, nomeadamente engenharia eletrotécnica, mecânica, bem como de outros trabalhos complementares como sejam a realização de cadernos de encargos, mapas de medições e orçamento, comportamento térmico, acústica e Projeto de Segurança contra Incêndios; b) A despesa anual estima-se em €12.500,00 (doze mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.37, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto com consulta a três empresas nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do

respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – FORMAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL A IDOSOS/OP 2013** – Presente a seguinte informação: “1. Objeto:

O “Projeto Animação Cultural a Idosos: Então vamos...” aprovado no âmbito do Orçamento Participativo de 2013, pressupõe a realização de atividades na área da animação sociocultural para idosos em situação de isolamento, e a necessária aquisição de serviços para a realização e monitorização dessas atividades dirigidas a mais 250 casos identificados junto da população localizada na Comissão Social Interfreguesias do Vale de São Torcato. Esta Comissão inclui as populações de União das Freguesias de Castelões e Arosa, São Torcato, Gonça, União das Freguesias de Atães e Rendufe, União das Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães e Aldão e tem demonstrado boa capacidade organizativa e de mobilização das suas populações. 2. Considerando que: a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em animação sociocultural e um profundo conhecimento social do público-alvo do projeto; de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal



para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; trata-se da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a. O objeto do contrato é a aquisição de serviços na área da animação sociocultural e formação de voluntários para posterior criação de equipas de visita a idosos identificados pelo projeto 65+ e que se encontram em regime de isolamento ou com dificuldades de mobilidade, durante 9 meses, desenvolvidas diariamente. b. A despesa estima-se em €17.000,00 (dezassete mil euros), isenta de IVA ao abrigo do disposto no nº 8 do art.º 9º do CIVA. c. A despesa tem cabimento orçamental no ano de 2014 na rubrica 4.3.01 – Orçamento Participativo. d. O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, à ADCL – Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, uma vez que esta entidade tem um conhecimento da especificidade das atividades a desenvolver tendo em consideração o público-alvo abrangido, desenvolve atividades de apoio a pessoas e grupos em risco possuindo ainda, um profundo conhecimento do meio social e geográfico que abrange (União das Freguesias de Castelões e Arosa, São Torcato, Gonça, União das Freguesias de Atães e Rendufe, União das Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães e Aldão) estando capacitada com todos os recursos necessários, quer materiais, quer humanos, para a

realização deste serviço. É também uma entidade com provas dadas no âmbito social e na dinamização dos voluntários em atividades de âmbito cultural e também na realização de atividades de cariz social. e. Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f. A entidade a contratar não tem dívidas à Segurança Social nem ao Serviço de Finanças. Finalmente informa-se que não foi aplicada qualquer redução remuneratória ao preço base deste procedimento uma vez que a Câmara Municipal não contratou, em anos anteriores, qualquer serviço desta ou de outra natureza, a esta associação.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA (OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2014)** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Cultura e Turismo: “Objeto: Aquisição de serviços, pelo período de três meses, de gestão corrente, vigilância e limpeza do Parque de Campismo da Penha. Considerando:- Que, por decisão de 13 de outubro de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou adjudicar à Cooperativa Turipenha o concurso público nº 12/2011, cujo objeto era a aquisição de serviços, pelo período de três anos, de outubro de 2011 a setembro de 2014, de gestão corrente, vigilância e limpeza do Parque de Campismo da Penha pelo preço de €234.000 + IVA; - Que, por deliberação tomada em reunião de 24 de julho de 2014, a Câmara Municipal emitiu parecer prévio favorável à contratação da mesma prestação



de serviços para o período entre outubro de 2014 e setembro de 2017; - Que, por implicar a realização de despesa plurianual, a repartição de encargos relativa a tal prestação de serviços teve que ser sujeita a deliberação da Assembleia Municipal, o que veio a ocorrer na primeira reunião em que pôde ser agendada, realizada em 29 de setembro de 2014; - Que, deste modo, ficou prejudicado o calendário inicialmente previsto no parecer prévio aprovado pela Câmara Municipal, uma vez que a data de aprovação da repartição de encargos pela Assembleia Municipal inviabilizou a abertura de procedimento concursal e sua adjudicação de modo a que produzisse efeitos a partir de 1 de outubro; - Que, por despacho datado de 22 de outubro de 2014, se determinou então que o procedimento a abrir estabeleça como prazo para a prestação de serviços o período entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2017, mantendo-se inalteradas todas as restantes condições expressas nos documentos aprovados pelo Município; - Que, a bem do interesse público, e para evitar uma situação de encerramento e abandono do Parque de Campismo da Penha entre os meses de outubro a dezembro de 2014, a Câmara Municipal solicitou à Cooperativa Turipenha que continuasse a assumir as obrigações decorrentes da adjudicação de 2011; - Que se torna agora necessário retribuir a Cooperativa Turipenha pela gestão que esta continuou e continuará a assegurar nos referidos três meses, uma vez que tal gestão comporta custos que a Cooperativa não tem qualquer obrigação de assegurar. - Que, no entanto, é necessário formalizar esta contratação mediante a abertura de novo procedimento por ajuste direto. - Que, assim, estão identificados motivos técnicos que justificam que a prestação de serviços em apreço só possa ser confiada a uma entidade. - Que, nas circunstâncias descritas, a Turipenha é a

única entidade que reúne as em condições necessárias e imediatas para dar continuidade ao serviço que vem prestando desde outubro de 2011. - Que, conforme a informação da Divisão de Recursos Humanos produzida aquando da abertura do referido concurso público, não há serviços ou pessoal para darem resposta à necessidade para este efeito, com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; - Que se trata de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Proposta: 1 - Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços, pelo período de três meses, de gestão corrente, vigilância e limpeza do Parque de Campismo da Penha; b) A despesa total estima-se em €17.550,00 + IVA, depois de aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicável a esta situação por força do art.º 7.º do mesmo diploma legal e do 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro; c) O procedimento deve ser através de ajuste direto, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP, à Cooperativa Turipenha, a quem já se encontrava adjudicada esta prestação de serviços no âmbito do concurso público n.º 12/2011. d) A entidade competente para adjudicar é o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores de órgãos ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em





economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Bastos não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.**-----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – ILUMINAÇÃO DE NATAL 2014** – Presente

a seguinte informação do Diretor do Departamento de Cultura e Turismo: “1. Objeto: Ornamentação/Iluminação de Natal durante o período compreendido entre 11 de dezembro de 2014 e o dia 12 de Janeiro de 2015, nas artérias que constam no caderno de encargos. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer experiência, conhecimentos e formação especializada em ornamentação/iluminação de espaço público; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é aquisição de serviços para a ornamentação/iluminação de Natal, durante o período compreendido entre 11 de dezembro de 2014 e o dia 12 de janeiro de 2015. b) A despesa anual estima-se em €49.950,00, acrescido

de IVA à taxa legal em vigor. c) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante contratação pública - ajuste direto, nos termos da alínea a) do artigo 20, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, devendo ser convidadas a apresentar proposta as seguintes empresas: - A. BARREIRA, LDA. ILUMINARTE, LDA; TORRES-ILUMINAÇÕES DECORATIVAS; - DREAMLIGHT ILUMINAÇÕES FESTIVAS; FABRILIGHT, LDA; - ILUMINAÇÕES TEIXEIRA COUTO UNIPessoal LDA. Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. e) Este contrato está sujeito à redução remuneratória prevista no art.º 2.º da Lei n.º Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Assim, tendo em vista o aumento do número de artérias a iluminar por comparação com 2013 (totalidade da Av. Conde Margaride, pórtico e árvores na Avenida de Londres e Av. D. João IV) estima-se que o preço base deste procedimento deveria ser, por extrapolação dos preços contratados nos anos mais recentes, de €55.500,00, montante que, subtraído de 10% (redução remuneratória), corresponde ao preço base indicado, de €49.950,00. f) Considerando que se pretende que as Ornamentações/Iluminações de Natal estejam a funcionar no próximo dia 11 de dezembro e até lá ser necessária a implementação de procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos - sugere-se a abertura de procedimento mediante despacho favorável do Senhor Presidente, ficando a adjudicação condicionada à aprovação do presente parecer na próxima reunião do Executivo Municipal. À consideração superior."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**



**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJETO SCANPROJECT - ESTÚDIO DE DANÇA - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO** – Presente a

seguinte informação do Gabinete de Desporto: “1. Objeto: No âmbito do orçamento participativo de 2013, foi aprovado o projeto SCANPROJET – Estúdio de dança. Pretende-se a aquisição de serviços para disponibilizar aos munícipes aulas de dança nos estilos: Bollywood, Dança do ventre, Pole Dance, Kizomba e Samba, para o prazo experimental de 2 meses, com início em novembro e termo em 31 de dezembro de 2014. 2. Considerando: Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, capacidade técnica e formação especializada na área da dança em diferentes estilos, devido ao grau de complexidade e especificidade associado a estes assuntos; Considerando, finalmente, que de acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços para a implementação do projeto SCANPROJECT – Estúdio de dança, que visa proporcionar aos cidadãos aulas de dança gratuitas nos estilos: Bollywood, Dança do ventre, Pole Dance, Kizomba e Samba. b) A despesa total é de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo experimental de 2 meses (novembro a dezembro de

2014). c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, contratando-se a cooperativa Tempo Livre que apresenta a estrutura necessária à implementação e gestão dos recursos necessários à implementação do projeto. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que, no ano de 2013, não foi celebrado com este prestador de serviços qualquer contrato.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - RECOLHA E DIVULGAÇÃO DE DADOS ECONÓMICOS RELATIVOS AO CONCELHO DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico: “1. Objeto: Aquisição de serviços de recolha e divulgação de dados económicos relativamente ao concelho de Guimarães. 2. Considerando: O Município de Guimarães, enquanto entidade dinamizadora da economia local e no sentido de ser uma impulsionadora da divulgação da informação promovendo desta forma a dinâmica da economia local, elevando assim os patamares de promoção dos atores económicos, tem a necessidade de disponibilizar a informação da economia local. Para o efeito, a



estrutura orgânica do Município no presente não está dotada, com os atuais meios, das condições ideais de recolha e disponibilização da informação económica do concelho. A existência de prestador(es) de serviços na área da informação económica permite assegurar os mecanismos necessários à persecução daquele objetivo, sem custos para o Município. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a contratação de serviços recolha e divulgação de dados económicos relativamente ao concelho de Guimarães, com um prazo contratual de um ano, renovável por iguais períodos, nos termos da legislação em vigor. b) Não há lugar a despesa pelo Município, uma vez que o contrato que se pretende celebrar prevê que o custo com a formação dos colaboradores e disponibilização da informação será assumido pelas entidades a contratar. c) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, no regime geral previsto na alínea a) do n.º1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, à empresa Páginas Verdes, Edições e Publicidade Escrita, Lda. e as Citações Reais, Lda. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. e) Finalmente, informa-se que não será aplicada qualquer redução remuneratória prevista no art.º 33.º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, uma vez que não existe, neste contrato, despesa a suportar pelo Município.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA EB1 DA CRUZ DA ARGOLA, FREGUESIA DE MESÃO FRIO**

– Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: "A Associação de Pais e Amigos da Escola Primária da Cruz da Argola, da freguesia de Mesão Frio, vem solicitar a cedência do fotocopador Nashuatec MP 2000LN nº série L7096862379, instalado no referido estabelecimento de ensino, que se encontra em desuso por ter sido substituído por um novo equipamento. De acordo com a informação da Divisão de Educação não há inconveniência na cedência daquele equipamento uma vez que a supracitada escola dispõe de um novo fotocopador, pelo que o fotocopador desativado poderá constituir uma mais-valia para o desenvolvimento da atividade daquela instituição. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, à Associação de Pais e Amigos da Escola Primária da Cruz da Argola, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo municipal, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €500,00. ----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Fotocopador Nashuatec MP LN2000 nº série L7096862379	€500,00	€ 00,00

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**RECURSOS HUMANOS - ALTERAÇÃO PARCIAL DA ESTRUTURA ORGÂNICA - CRIAÇÃO DE UNIDADES ORGÂNICAS DE 3.º GRAU**

– Presente a seguinte proposta: "Por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2013, precedida de deliberação da Câmara Municipal de 12 de dezembro



de 2013, foi aprovada nova estrutura interna dos serviços do Município de Guimarães. Decorrido quase um ano de funcionamento desta estrutura, verifica-se a necessidade de introduzir algumas alterações pontuais, as quais, não alterando o modelo nem a estrutura nuclear então aprovada, permitirão uma melhor adequação dos serviços às necessidades de funcionamento, bem como uma melhor eficácia da ação, melhor eficiência na afetação de recursos e a prestação de um melhor serviço aos cidadãos. A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à adaptação à administração local do estatuto do pessoal dirigente, prevê expressamente a possibilidade de criação de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, cabendo à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração. Em conformidade com os limites definidos no artigo 9.º deste diploma, o município de Guimarães pode prover quatro cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior.

1. Nestes termos, propõe-se que seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de criação de duas unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por dirigente intermédio de 3.º grau, nos seguintes termos: Designações e competências: 1. Unidade de Remunerações e Gestão de Processos, na dependência da Divisão de Recursos Humanos, com as seguintes competências: a) Organizar os processos dos Recursos Humanos; b) Elaborar e gerir o orçamento das despesas com pessoal; c) Gerir, processar e conferir remunerações, suplementos e prestações sociais, bem como os respetivos descontos; d) Manter atualizados os processos individuais e demais informação relativa aos trabalhadores e aos

processos de recursos humanos; e) Gerir o sistema de verificação e controlo de assiduidade, pontualidade, bem como os horários de trabalho; f) Elaborar os indicadores de gestão e preparar o Balanço Social; g) Organizar, disponibilizar e reportar as informações necessárias a entidades externas. 2. Unidade de Apoios e Benefícios Sociais, na dependência da Divisão de Ação Social, com as seguintes competências: a) Prestar serviços de apoio social e de cooperação institucional; b) Colaborar em planos integrados para a promoção do desenvolvimento social; c) Assegurar a atribuição de apoios a pessoas em situação de vulnerabilidade social, de acordo com o regulamento municipal e em articulação com a Segurança Social (ISS, IP); d) Assegurar a atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social, de acordo as normas e nas condições previstas no regulamento municipal vigente; e) Elaborar estudos de caracterização socioeconómica dos munícipes candidatos a apoios sociais ou identificados como socialmente vulneráveis; f) Elaborar ou alterar normas regulamentares orientadoras das atividades da unidade orgânica; g) Coordenar a organização processual necessária à atribuição de subsídios; h) Proceder ou colaborar com entidades externas na investigação e identificação de problemas sociais do concelho, propondo medidas de intervenção e planos de atuação destinados à sua redução; i) Coordenar estágios académicos e profissionais; j) Organizar e disponibilizar indicadores estatísticos e preparar relatórios; k) Supervisionar o Banco Local de Voluntariado. Requisitos mínimos de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau, cumulativamente: a. Licenciatura; b. Quatro anos de experiência profissional na área de atuação do cargo a prover. Remuneração dos titulares de cargo de direção intermédia de 3.º grau: a correspondente à 6ª posição





remuneratória da carreira geral de técnico superior. 2. Mais se propõe que a alteração à estrutura orgânica entre em vigor no dia 1 de janeiro de 2015.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**RECURSOS HUMANOS - MAPA DE PESSOAL PARA 2015 –**

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o Mapa de Pessoal para 2015, que se junta em anexo, e que tem em conta as atividades de natureza permanente e temporária a desenvolver durante a sua execução.” O Mapa de Pessoal para 2015 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – PROPOSTA DE TARIFÁRIO 2014 –**

Presente um ofício da Vimágua - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA remetendo, para aprovação da Câmara Municipal, a proposta de tarifário para 2015, aprovada em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, realizadas nos passados dias 13 e 14 de outubro, respetivamente, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos e Ricardo Costa. Votaram contra os Vereadores André

Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. **O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.** -----

O Vice-Presidente e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Votamos a favor da proposta de atualização de tarifário para o ano de 2015 apresentada pela empresa Vimágua pelas seguintes razões: A atualização proposta foi calculada de acordo com as regras fixadas no Contrato de Gestão celebrado em 2 de Abril de 2008 e o Plano de Viabilidade Económica e Financeira, documentos aprovados pela Assembleia Municipal em 2007. Aí ficou estabelecido que a atualização de tarifário teria em conta a evolução do preço do tratamento das águas residuais da "Águas do Noroeste", do preço da energia elétrica, e da massa salarial da Vimágua. Considerando estes fatores de atualização, verifica-se que não é necessário qualquer aumento das tarifas de água e que terá de se aplicar um aumento das tarifas de saneamento de apenas 1,65%, resultante exclusivamente do crescimento em 2,18% da tarifa aplicada pela "Águas de Noroeste". O fator "massa salarial da Vimágua", uma vez que os encargos com os seus custos de pessoal diminuíram, só contribuiu para reduzir o aumento resultante do crescimento da tarifa da "Águas do Noroeste". A atualização que vai ser praticada implicará assim apenas um acréscimo de 0,16 € mensais para um utente com um consumo médio de 10 m<sup>3</sup> mensais (valor – tipo). Verifica-se que a excelência da gestão da Vimágua vai possibilitar que os munícipes de Guimarães continuem a usufruir de tarifas mais baixas na região do que as que são aplicadas em Gaia,



Matosinhos, Famalicão, Barcelos, Esposende, Vila do Conde e Trofa, entre outros Municípios. Por último, reafirmamos o nosso apoio à política prosseguida pela Vimágua de manter a cobrança da tarifa relativa à instalação de ramais de ligação, considerando a defesa da equidade relativamente a todos os que, no passado, sempre custearam esses ramais e que, caso esta política fosse modificada, teriam de passar a ser onerados, tanto como os novos utentes isentos, com um aumento do valor da sua fatura mensal.”

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO EM SANDE (S. LOURENÇO), UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANDE SÃO LOURENÇO E BALAZAR** – Presente a seguinte informação do

Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público: “Pela presente informação se submete à apreciação Camarária a alteração de trânsito em Sande (S. Lourenço), na União de Freguesias de Sande São Lourenço e Balazar, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA**

**APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os

Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “As propostas de deliberação relativas a alterações de trânsito são sempre – e muito bem – precedidas de consulta aos órgãos eleitos da freguesia na qual se vá proceder à respetiva alteração. Essa consulta não condiciona naturalmente a

deliberação a tomar em reunião de Câmara, mas deve naturalmente ser tida em conta pelos vereadores por forma a perceberem o sentimento da população relativamente a cada alteração que a Câmara Municipal se proponha fazer na rede viária do seu território. No entanto, para podermos ter uma noção exata do sentido da deliberação ao nível dos órgãos da respetiva da respetiva freguesia, não podemos ter como informação apenas a singela frase, sempre repetida, *"tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia"*. Porque tal informação é incorreta porque incompleta. A informação relativa a uma deliberação tem sempre que dar conta se a respetiva *"aprovação"* teve lugar *"por unanimidade"* ou *"por maioria"*. Nada se dizendo falta informação que consideramos relevante para melhor poder decidir. Naturalmente que o ideal, e aliás o recomendável, é que na instrução de cada ponto constasse certidão da deliberação da respetiva Assembleia de Freguesia. Tais documentos são públicos, sendo que a sua inclusão nos documentos que acompanham estas propostas apenas a tornariam mais adequada e correta a informação disponibilizada. Em todo o caso, mesmo que as propostas não sejam – como o deviam – acompanhadas da certidão da deliberação da respetiva Assembleia de Freguesia, o mínimo que se exige é que a informação constante na proposta seja completa, dando designadamente conta da forma como se obteve a respetiva *"aprovação"*. Tal não sucedendo e enquanto tal não suceder, optaremos pela **abstenção**. Sentido de voto que deve ser interpretado não como de censura à alteração concretamente proposta, mas como de censura à deficiente instrução do procedimento que a informa." -----

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE ALDÃO** - Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de



Trânsito e Espaço Público: “Por deliberação em reunião de Câmara de 6 de março de 2014 e da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2014, foi aprovada uma alteração nas ruas Egas Moniz, Rainha D. Teresa e Monte de Aldão, por um período experimental de três meses. Decorrente de trabalhos associados à pavimentação da Rua Monte de Aldão, esta alteração não foi implementada de imediato, tendo sido objeto de nova apreciação pela autarquia local. Com a alteração dos pressupostos iniciais, designadamente com a retirada da rua Egaz Moniz, houve necessidade de reformular o estudo inicial. Face ao exposto, submete-se à apreciação Camarária a alteração ao trânsito nas ruas Rainha D. Teresa e Monte de Aldão, conforme postura em anexo. Na sua elaboração manteve-se o objetivo de melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia. Atenta a ata deste órgão deliberativo, a sua implementação realizar-se-á por um período experimental de três meses, intervalo previsto que ficará sujeita às obrigações legais de aprovação definitiva ou revogação da presente postura.” A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “As propostas de deliberação relativas a alterações de trânsito são sempre – e muito bem – precedidas de consulta aos órgãos eleitos da freguesia na qual se vá proceder à

respetiva alteração. Essa consulta não condiciona naturalmente a deliberação a tomar em reunião de Câmara, mas deve naturalmente ser tida em conta pelos vereadores por forma a perceberem o sentimento da população relativamente a cada alteração que a Câmara Municipal se proponha fazer na rede viária do seu território. No entanto, para podermos ter uma noção exata do sentido da deliberação ao nível dos órgãos da respetiva da respetiva freguesia, não podemos ter como informação apenas a singela frase, sempre repetida, *"tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia"*. Porque tal informação é incorreta porque incompleta. A informação relativa a uma deliberação tem sempre que dar conta se a respetiva *"aprovação"* teve lugar *"por unanimidade"* ou *"por maioria"*. Nada se dizendo falta informação que consideramos relevante para melhor poder decidir. Naturalmente que o ideal, e aliás o recomendável, é que na instrução de cada ponto constasse certidão da deliberação da respetiva Assembleia de Freguesia. Tais documentos são públicos, sendo que a sua inclusão nos documentos que acompanham estas propostas apenas a tornariam mais adequada e correta a informação disponibilizada. Em todo o caso, mesmo que as propostas não sejam – como o deviam – acompanhadas da certidão da deliberação da respetiva Assembleia de Freguesia, o mínimo que se exige é que a informação constante na proposta seja completa, dando designadamente conta da forma como se obteve a respetiva *"aprovação"*. Tal não sucedendo e enquanto tal não suceder, optaremos pela **abstenção**. Sentido de voto que deve ser interpretado não como de censura à alteração concretamente proposta, mas como de censura à deficiente instrução do procedimento que a enforma." -----

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE**



**AZURÉM** - Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público: "Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Azurém, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nas Ruas da Pedreira, Ambrósio Coelho e Pêro Esteves, incrementando igualmente a capacidade de estacionamento nos mesmos, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia." A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "As propostas de deliberação relativas a alterações de trânsito são sempre – e muito bem – precedidas de consulta aos órgãos eleitos da freguesia na qual se vá proceder à respetiva alteração. Essa consulta não condiciona naturalmente a deliberação a tomar em reunião de Câmara, mas deve naturalmente ser tida em conta pelos vereadores por forma a perceberem o sentimento da população relativamente a cada alteração que a Câmara Municipal se proponha fazer na rede viária do seu território. No entanto, para podermos ter uma noção exata do sentido da deliberação ao nível dos órgãos da respetiva freguesia, não podemos ter como informação apenas a singela frase, sempre repetida, *"tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia"*. Porque tal informação é incorreta porque incompleta. A informação relativa a uma

deliberação tem sempre que dar conta se a respetiva “aprovação” teve lugar “por unanimidade” ou “por maioria”. Nada se dizendo falta informação que consideramos relevante para melhor poder decidir. Naturalmente que o ideal, e aliás o recomendável, é que na instrução de cada ponto constasse certidão da deliberação da respetiva Assembleia de Freguesia. Tais documentos são públicos, sendo que a sua inclusão nos documentos que acompanham estas propostas apenas a tornariam mais adequada e correta a informação disponibilizada. Em todo o caso, mesmo que as propostas não sejam – como o deviam – acompanhadas da certidão da deliberação da respetiva Assembleia de Freguesia, o mínimo que se exige é que a informação constante na proposta seja completa, dando designadamente conta da forma como se obteve a respetiva “aprovação”. Tal não sucedendo e enquanto tal não suceder, optaremos pela **abstenção**. Sentido de voto que deve ser interpretado não como de censura à alteração concretamente proposta, mas como de censura à deficiente instrução do procedimento que a enforma.” -----

**AMBIENTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO PARA O PROGRAMA ECORÂMICAS 2014** – Presente a seguinte proposta: “A Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para o dia 26 de Outubro, para efetuar o transporte dos elementos da Outra Voz – Associação Cultural para o Coreto do Jardim da Alameda. Assim, considerando que se trata de uma atividade inserida no programa das Ecorâmicas 2014 e considerando a parceria entre a Câmara Municipal, a AVE e a Fraterna, por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho a 21 de outubro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara





Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para ratificação o pedido de apoio, bem como o pagamento de horas extras aos motoristas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - FEIRA RETALHISTA DE GUIMARÃES – SORTEIO PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LUGARES DE VENDA** –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Decorrente das desistências de ocupação, existe, neste momento, vinte lugares disponíveis na Feira Retalhista de Guimarães, distribuídos da seguinte forma: - nove no sector do vestuário; - quatro no sector da marroquinaria e acessórios; - dois no sector de artigos para o lar na área das louças, cutelarias, plantas e móveis; - três no sector de artigos para o lar na área dos têxteis lar; - dois no sector do calçado. Tendo os serviços conhecimento, através de pedidos apresentados, que existem pessoas interessadas na atribuição destes lugares de venda e de acordo com o artigo 12.º do Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães, cada espaço de venda numa determinada feira é atribuído mediante sorteio, por ato público, que dê todas as garantias de imparcialidade e transparência. Atendendo à disponibilidade de lugares naquela Feira e à forma estabelecida no Regulamento para a sua atribuição, propõe-se que seja realizado um sorteio para atribuição daqueles lugares disponíveis, segundo o sector em que se localizam. O sorteio terá lugar no dia 11 de dezembro, no Multiusos de Guimarães, de acordo com a localização dos lugares disponíveis e com as normas definidas no programa do sorteio para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda na Feira Retalhista de Guimarães, documento que se junta em anexo à presente proposta (ANEXO

A). Propõe-se, ainda, que a Comissão que irá acompanhar a realização da Sorteio seja composta pelos seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão - Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal - Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas - Chefe da Divisão de Serviços Urbanos. 2.º Vogal - Crisália Marcela Pereira Alves - Técnica Superior. 1º Vogal suplente - Paula Maria Moraes Gomes Casal - Assistente Técnica. 2º Vogal suplente - Maria Isabel Vieira Oliveira Lopes - Assistente Técnica. Em caso de impedimento do Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal." O programa do sorteio para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda na Feira Retalhista de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**EDUCAÇÃO - REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO AO CONSELHO GERAL DA ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA** – Presente a seguinte proposta: "Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de Julho, foram introduzidas alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão das escolas, através do reforço de participação das famílias, das autarquias e das comunidades, materializado num órgão colegial de direção, denominado de Conselho geral, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do nº 4, do artigo 48º da Lei de Bases do Sistema Educativo. O número de elementos que compõem o Conselho Geral é estabelecido por cada Agrupamento de Escolas ou Escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno,



sendo que na sua composição tem de estar salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local. Assim, e nos termos do disposto no nº 4, do artigo nº1, do artigo 16º daquele normativo legal, compete à Câmara Municipal designar os representantes do Município, ou delegar tal competência nas Juntas de Freguesia, para os Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas. Nesta conformidade, e em face da solicitação entretanto remetida, proponho que, para o quadriénio 2014/2018, sejam designados em representação do Município no Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda: - Dra. Adelina Paula Pinto, Vereadora do Pelouro da Educação; - Dra. Helena Pinto, Chefe de Divisão da Educação. Proponho ainda que a votação dos representantes do Município naquele Conselho Geral seja feita em conjunto.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR A VOTAÇÃO NO SEU CONJUNTO. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com 6 votos a favor e 4 votos em branco. -----

**AÇÃO SOCIAL - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE LICENCIAMENTO DA PROVA DESPORTIVA “VIII MINIMARATONA E CAMINHADA PESSOAS DIFERENTES DIREITOS IGUAIS”, ORGANIZADA PELA ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte

informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público e Viaturas: “A Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães (APCG) promoveu a organização da “VIII Minimaratona e Caminhada Pessoas Diferentes Direitos Iguais” no passado dia 28 de setembro, tendo para o efeito submetido o respetivo processo de licenciamento, bem como o pedido de isenção ou redução das

respetivas taxas. De acordo com a Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, designadamente no seu ponto 5.2, art. 37.º, pelo licenciamento de provas desportivas organizadas nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, é devida uma taxa de €17,88, não sujeita ao pagamento de IVA. Considerando que: o Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais prevê, nos seus artigos 56.º e 58.º, a possibilidade de isenção ou redução de taxas e outras receitas municipais, através de deliberação da Câmara Municipal; a Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães possui estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública e consagra nos seus estatutos que é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos. E face ao exposto, deverá submeter-se a apreciação Camarária, a isenção do pagamento das taxas devidas pelo licenciamento da "VIII Minimaratona e Caminhada Pessoas Diferentes Direitos Iguais", no valor de €17,88, e da consulta de entidade externa à PSP, legalmente obrigatória, no valor de €5,00." **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**AÇÃO SOCIAL - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL DO PROJETO "ARCA SOCIAL" - CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CLDS** – Presente a seguinte proposta: "O Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de Guimarães foi legitimado por protocolo celebrado em 10 de maio de 2011, entre o Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Braga, a Câmara Municipal de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social e ratificado em reunião de Câmara de 19 de maio de 2011. Desde então e sob a designação de "Arca Social", foi encetado um projeto de intervenção social previamente aprovado pelo Conselho



Local de Ação Social (CLAS), com a duração de 36 meses que decorreu até 9 de maio de 2014, tendo sido coordenado pela Fraterna com a parceria da ADCL e da Sol do Ave. Concluído este projeto, importa assim submeter para apreciação da Câmara Municipal, na qualidade de entidade promotora, e aprovação do CLAS, os seguintes relatórios de execução final: Formulário de execução final A e B – Prestação de Contas; Formulário de execução física A e B; Autoavaliação do projeto 2011-2014. Os documentos resultantes do parecer da Câmara Municipal e da submissão ao CLAS serão posteriormente remetidos ao Programa CLDS, ISS – Instituto da Segurança Social, I.P.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - IRMANDADE DE S. CRISPIM E S. CRISPINIANO 2014 - CEIA DE NATAL** – Presente a seguinte proposta: “A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano em carta do passado dia 22 de setembro propõem-se oferecer, na noite de 24 de dezembro, a tradicional consoada de Natal, a todos os que compareçam no Albergue de S. Crispim, solicitando para o efeito um subsídio à Câmara Municipal de Guimarães. Assim, e no seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social do ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio a esta entidade ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado à realização da Noite de Consoada, no valor de 600,00 euros. A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e tem um trabalho reconhecido pela comunidade, tendo em atenção o

conforto que esta refeição proporciona às pessoas de Guimarães que nela participam numa noite de grande simbolismo. Considerando que esta Irmandade é uma instituição com recursos muito limitados que subsiste com dádivas sociais, tendo a sua candidatura sido analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor, propõe-se, ao abrigo do n.º 6 do artigo 9º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, a atribuição do subsídio requerido.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO À CASTREJA – COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL – 2014 - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO –**

Presente a seguinte proposta: “No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio à Castreja – Cooperativa de Apoio Social e Cultural ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, no valor de €6.720,00 (seis mil setecentos e vinte euros), destinado a comparticipar nas despesas de funcionamento do projeto ‘Gerações em Movimento’ que consta de salas de convívio dirigidas a pessoas idosas que vivem em situação de isolamento, sendo uma resposta decorrente da implementação do Programa Guimarães 65+ naquele território. A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve um trabalho importante, oferecendo um conjunto de respostas de combate à solidão e isolamento das pessoas idosas, mas servindo também freguesias limítrofes, tendo a sua candidatura sido analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em



vigor. Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 9º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - APPACDM**

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Foi novamente solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro para transporte semanal de quatro pessoas com deficiência residentes em Guimarães, à APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente. As pessoas em causa eram transportados em táxi adaptado, semanalmente e em conjunto, ao abrigo da legislação dos transportes escolares (saída para Lomar à 2ª feira e regresso a Guimarães à sexta-feira), mas com a entrada em vigor do decreto-lei nº176/2012 de 2 de agosto, este apoio deixou de ter enquadramento legal, passando a ficar a cargo das suas famílias, tendo vindo, por esse motivo, a ser apoiadas pelo Município. O estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços aos quatro casos comprova precariedade económica dos agregados familiares, encontrando-se aqueles elementos portadores de deficiência a frequentar a APPACDM em regime de internato desde 1984, de acordo com informação prestada pela técnica desta instituição. Apresentam-se alguns dados da caracterização socioeconómica: -----

Identificação do Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Situação p/ emprego
219958300/12 - Urgeses	38	M	€159,27	Aposentado
207456240/12 - Pinheiro	40	M	€292,64	Aposentado
214119360/12 - Penselo	39	M	€296,77	Aposentado
209649070/13 - Tabuadelo	40	M	€176,99	Reformado

Considerando que o Decreto-Lei nº 176/2012 de 2 de agosto não prevê a continuação da resposta a estas situações, e podendo o Município de Guimarães atribuir este apoio pelo Regulamento

Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos que se encontra ao abrigo da alínea c) do nº 4 do artigo 64 da Lei 169/99 de 18 de setembro propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do referido Regulamento Municipal, a atribuição, de 1 de novembro de 2014 até 31 de agosto de 2015, de um subsídio convertido em prestações de serviço de transporte adaptado, no valor total de 1.200,00 (mil e duzentos euros) com um valor mensal estimado de €120,00, de modo a possibilitar às quatro pessoas suprarreferidas deslocarem-se de suas casas para o centro de reabilitação da APPACDM situado em Lomar – Braga. Considerando tratar-se de um subsídio que implica uma despesa plurianual, deverá esta ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA - CÍRCULO DE ARTE E RECREIO -  
COMPARTICIPAÇÃO DE OBRAS REALIZADAS NA SEDE –**

Presente a seguinte proposta: “Face ao estado de degradação da cobertura do edifício que alberga a sede do Círculo de Arte e Recreio, e, em consequência, aos prejuízos nas restantes partes do edifício provocadas pelas infiltrações, e a solicitação da respetiva Direção, a Câmara Municipal deliberou em 2011 atribuir um subsídio de €30.000,00 com o objetivo de participar na reabilitação total da referida cobertura, trabalhos entretanto integralmente executados. Seguidamente, o Círculo de Arte e Recreio encetou um novo conjunto de obras com o objetivo de reparar os estragos provocados pelas referidas infiltrações no restante edifício, solicitando agora uma nova participação por parte do Município. Ora, considerando a necessidade de implementação destas obras como complemento indispensável à reparação da cobertura, bem como a sua importância para assegurar que as relevantes atividades culturais promovidas por





aquela instituição decorram em condições de segurança e conforto proponho, ao abrigo do nº 6 do Artigo 2º do Regulamento Municipal nº 606/2010, que a Câmara Municipal de Guimarães atribua ao Círculo de Arte e Recreio, inscrito no RMECARH sob o nº 501143645/RMECARH, um subsídio de €12.929,00, correspondente a 50% dos trabalhos agora realizados no seu edifício-sede, localizado no nº74 da Rua Francisco Agra, em Guimarães. Junta-se informação do DOM atestando a realização dos trabalhos.” A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DIVERSOS – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2015**

- Presente uma comunicação da Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga enviando, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2015 no concelho de Guimarães, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2015 - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - PLANO DE ATIVIDADES - ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2015. REGULAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.**

**ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS** - Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2014, Regulamento de Execução Orçamental e Orçamentos das Entidades Participadas,

que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município para 2015, do plano plurianual de investimentos, do plano de atividades, do regulamento de execução orçamental, e dos orçamentos das entidades participadas, em função das considerações constantes dessas propostas, e tendo em conta os argumentos aduzidos na presente reunião, pelas seguintes razões: Como referência inicial, recorda-se que as novas regras orçamentais conducentes à indicação de valores reais de execução, redimensiona algumas ordens de grandeza, quando comparadas com orçamentos do passado. No presente orçamento ressalta com toda a evidência a circunstância de ser libertada uma verba correspondente a 16% das receitas correntes para investimentos, o que só é possível graças a uma gestão rigorosa, eficiente, e, em simultâneo, com os olhos postos no futuro. A preocupação de não onerar as Finanças do Município está bem patente nas custos anuais de seis milhões de euros destinados a amortização da dívida atual mas, sobretudo, tendo em atenção que o orçamento apresentado, de menor global orçado que o votado para o corrente ano de 2014, corresponde às receitas que é possível contabilizar, sem o recurso a empréstimos que



assumidamente se decide não contrair, em razão da especial preocupação em manter o equilíbrio financeiro do nosso Município, como é reconhecido por todos. O facto de nos encontrarmos na transição entre dois quadros comunitários, com a consequente impossibilidade de aceder a determinados fundos europeus, é, igualmente, fator da diminuição do valor orçamentado para 2015. A execução de investimentos constantes deste orçamento e dependentes de candidaturas europeias poderá sofrer redução na sua execução, uma vez que as tais candidaturas serão apreciadas e apoiadas ao longo de 2015. Resultará dessa realidade que os investimentos executados em 2015, serão fundamentalmente intervenções fora do centro urbano, num amplo número de freguesias, dado que os previstos para a cidade terão de aguardar o referido financiamento comunitário. Os investimentos previstos para a Faculdade de Belas Artes a instalar nos antigos edifícios do Teatro Jordão e Garagem Avenida, da Residência para Artistas e Investigadores, da área de reabilitação urbana e construção do Parque de estacionamento Camões/Caldeiroa, entre outros, serão desenvolvidos, em 2015, fundamentalmente com a fase de elaboração e aprovação dos seus projetos. Salienta-se a preocupação de reforçar a vertente dos investimentos reprodutivos que visam o desenvolvimento do Município, possibilitando o crescimento económico do conselho e, com ele, uma maior arrecadação da receita municipal. Esses investimentos no valor aproximado de 16,2 milhões de euros só são possíveis com a aplicação, para além das receitas de capital, de 21,8% das receitas correntes, em função do rigor praticado no funcionamento administrativo do Município, o qual permite disponibilizar essa parcela significativa da receita corrente em despesas de capital. A proposta votada visa prosseguir a aposta continuada de

Guimarães na Educação, Cultura, Ciência, Conhecimento, Economia, sendo esse o fio condutor do documento votado. É essa a estratégia que privilegia o fortalecimento da relação com a Universidade, aproveitando o conhecimento nela gerado para o referido objetivo do crescimento económico. A requalificação dos parques industriais, os incentivos à instalação de indústrias inovadoras, a aposta no Quadrilátero para a competitividade e inovação, a instalação de uma incubadora de empresas de base tecnológica em Pevidém, a criação de uma incubadora de empresas de base agrícola e segurança alimentar sob a liderança do “Laboratório da Paisagem” são exemplos dessa estratégia. A proposta votada visa também a coesão social e territorial do Município, quer no fortalecimento dos apoios sociais a IPSS e a situações de emergência social, mas também nos investimentos nos centros cívicos das Vilas e nas freguesias mais distantes da cidade, realçando-se os investimentos na requalificação de escolas, de modo a alcançar ainda um melhor rendimento escolar em todo o território concelhio, contribuindo assim para uma melhor qualificação dos nossos jovens, e possibilitando-lhes condições para uma fácil mobilidade social e igualdade de oportunidades no futuro. Também a cultura e o desporto, emblemas da afirmação de Guimarães em anos recentes, com a realização da Capital Europeia da Cultura CEC 2012 e da Cidade Europeia do Desporto 2013, continuarão a ser privilegiados com a instalação das salas de ensaio para bandas de garagem no antigo edifício do Teatro Jordão, o projeto da Residência para artistas e investigadores que será localizada no centro histórico, a continuação das atividades culturais em parceria que têm orçados 3 milhões de euros, a requalificação do pavilhão desportivo da EB 2,3 João de Meira, e o programa para a 2ª fase de novos relvados



sintéticos. Por último, relevamos o objetivo ambiental da presente proposta, visando a consolidação de um Município Verde, de que a criação de vias cicláveis e pedonais é claro exemplo, com a execução prevista de uma Via ligando a atual Pista de cicloturismo, que será reclassificada, ao Parque da Cidade, à Cidade Desportiva, aos Parques de Selho e de Ardão – Silvaes, às Caldas das Taipas, e a Ronfe, com a reabilitação de toda a zona ribeirinha do seu traçado.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na opinião dos vereadores do PSD/CDS, este documento privilegia a sua componente técnica em detrimento da sua componente política, apresentando uma prosa justificativa dos investimentos pontuais, ao invés de um estabelecimento de linhas de rumo e de ação política diferenciadoras. Em todo o caso, parece-nos que uma votação viabilizadora deve ser antecedida da participação do documento de previsão orçamental com propostas próprias. Ora, sucede que a forma como foi auscultada a oposição, que em bom rigor foi mais uma auscultação do executivo do que propriamente da oposição, não permitiu uma efetiva negociação do Orçamento para o próximo ano, como é desejada na dialética democrática entre poder e oposição. Pelo que, não havendo propostas introduzidas pelos vereadores subscritores, cremos não haver justificação política para a viabilização deste instrumento. Acresce ao exposto que, como é sabido, a lei obriga a que os Orçamentos sejam aprovados pelos executivos municipais e remetidos às respetivas Assembleias Municipais, até dia 31 de Outubro, estando esta votação a decorrer seis dias depois da data indicada pela lei. Facto que, para além de dever merecer a nossa censura, justifica amplamente a nossa não associação a esta prática

deliberadamente intempestiva, quando a Câmara, aliás como as demais, bem sabia que tinha este prazo para cumprir.” -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**